

**SÉRIE
ENSINO**

COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICA E EDITORIAL

**JORNALISMO LABORATORIAL NA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO, BRASIL: PROJETOS PIONEIROS**

**José Marques de Melo e
Carlos Eduardo Lins da Silva**

**Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes
Departamento de Jornalismo e Editoração**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor — José Goldemberg

Vice-Reitor — Roberto Leal Lobo e Silva Filho

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

Diretor — Walter Zanini

Vice-Diretora — Sarah Chucid da Viá

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO

Chefe — José Marques de Melo

Suplente — José Coelho Sobrinho

São Paulo, Brasil — 1987

21 anos da Escola de Comunicações da Universidade de São Paulo

20 anos do Curso de Jornalismo

15 anos do Curso de Produção Editorial

50 anos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo — SJPESP

50 anos do Instituto Nacional do Livro — INL

10 anos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação — INTERCOM

COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICA E EDITORIAL

Série Ensino / 1

JORNALISMO LABORATORIAL NA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO, BRASIL: PROJETOS PIONEIROS

José Marques de Melo e
Carlos Eduardo Lins da Silva



Instituto de Pesquisas de Comunicação
Jornalística e Editorial / IPCJE
Departamento de Jornalismo e Editoração
Escola de Comunicações e Artes
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil, 1987

SUMÁRIO

Apresentação

José Marques de Melo

Diretrizes para um jornal-laboratório

José Marques de Melo

A experiência de implantação do "Jornal do Campus"

Carlos Eduardo Lins da Silva

Apresentação

Criada em 1966, a Escola de Comunicações da Universidade de São Paulo iniciou em 1967 o seu Curso de Jornalismo. Marca indelével da orientação pedagógica que lhe foi dada, a articulação teoria-prática tinha no jornal-laboratório o eixo do processo ensino-aprendizagem. De acordo com o cronograma de implantação do curso, o jornal deveria começar a circular no segundo semestre de 1968 (1), mas as dificuldades burocráticas que se antepuseram (importação de equipamento, instalação da oficina gráfica) retardaram o projeto para o ano seguinte. Somente no final de 1969 foi possível lançar um conjunto de edições-piloto do Jornal (2), viabilizando assim o contato da primeira turma de futuros jornalistas com a prática do jornalismo impresso.

Superadas as barreiras administrativas - pois a Escola não poderia valer-se do imenso parque gráfico já existente na Universidade teve que montar sua própria infra-estrutura - esperava-se que o jornal funcionasse regularmente, cumprindo a periodicidade programada. Lamentavelmente isso não ocorreu por razões de natureza política. Estávamos em plena vigência do Decreto-Lei 477 e do Ato Institucional nº 5, editados pelos governos militares, criando um ambiente de coação e temor que desestimulavam, quando não impediam concretamente, as atividades universitárias cuja essência repousasse no exercício pleno da liberdade. Como jornalismo e liberdade são fenômenos indissociáveis e como os tentáculos da censura logo se projetaram sobre o jornal-laboratório, o projeto original mostrou-se inviável. Recusando implantar a censura proposta pelo "terceiro estágio", os professores do Departamento de Jornalismo optaram pelo adiamento da circulação do jornal em todo o campus e decidiram prosseguir a realização de edições experimentais, sem periodicidade fixa (3). O endurecimento político e a repressão sofrida por docentes, estudantes e funcionários do nosso Departamento (4) prolongaram a fase experimental do jornal-laboratório, que durou 15 anos.(5)

Mesmo depois da "abertura política" de 1979 as condições não se mostravam favoráveis à implantação do projeto. Permaneciam incrustados no tecido universitário os efeitos do terror político, manifestando-se através dos agentes executivos recrutados ou cooptados pelas administrações autoritárias ou por intermédio da máquina burocrática, azeitada para impedir ou retardar iniciativas inovadoras. Enfrentar e driblar esses fatores paralizantes, alguns invisíveis, outros ostensivos, constituiu o maior desafio para a concretização de um jornal-laboratório na ECA-USP.

Finalmente em 1983, depois da intensa mobilização da comunidade do CJE para recuperar suas propostas originais de ensino e de pesquisa (6), foi possível lançar o jornal-laboratório - que assumiu a denominação de Jornal do Campus. A ofensiva inicial evidenciou o conjunto de obstáculos que precisariam ser contornados. Desde questões didáticas e institucionais a problemas financeiros e operacionais. As circunstâncias mostraram-se mais favoráveis, sobretudo pela dispo-

sição revelada por um grupo de professores e estudantes, empenhados em dar à formação de jornalista o sentido profissional demandado pela sociedade.

Vinte anos depois do lançamento do projeto para o nosso jornal-laboratório, ele começa a revelar sinais de vitalidade e permanência. Há um ano, o Jornal do Campus vem circulando regularmente, mantendo periodicidade quinzenal e publicando 20.000 exemplares em formato standard, o que permite a sua distribuição em todos os campi da Universidade de São Paulo.(7) Trata-se ainda de uma experiência didática que possui fragilidades, mas que vem sendo aperfeiçoada com obstinação e humildade.

No momento em que o Jornal do Campus lança a sua 50ª edição, re-produzir os dois documentos que serviram como balizas para a sua construção. O acesso a eles permitirá que as novas gerações de estudantes e de professores possam compreender melhor a gênese do projeto e os percalços verificados na fase de implementação.

Os textos aqui reunidos foram divulgados previamente em publicações internas, hoje esgotadas. O estudo Diretrizes para um jornal-laboratório (José Marques de Melo) apareceu na Revista da Escola de Comunicações Culturais, nº 1, 1977. O relato A Experiência de implantação do "Jornal do Campus" (Carlos Eduardo Lins da Silva) circulou na série "documentos CJE", distribuído apenas ao nosso corpo docente.

São Paulo, 16 de julho de 1987

José Marques de Melo
Professor-Titular e Chefe do
Departamento de Jornalismo e
Editoração

Notas

- (1) CURSO DE JORNALISMO NA ESCOLA DE COMUNICAÇÕES CULTURAIS, Boletim do Departamento de Jornalismo, nº 1, São Paulo, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações Culturais, 1968
- (2) JORNAL-LABORATÓRIO - EDIÇÃO FAC-SIMILADA, São Paulo, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Jornalismo e Editoração, 1970
- (3) PROJETOS EXPERIMENTAIS, In: Guia do Departamento de Jornalismo e Editoração, nº 1, São Paulo, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, 1971, p.23
- (4) Um indicador da violência praticada nesse período foi a dilapidação do patrimônio do "Museu da Imprensa Júlio de Mesquita Filho" apontada por FERREIRA, Alcides - A faxina do Museu, Jornal do Campus, nº 50, São Paulo, ECA-USP/IPCJE, 1987, p. 3
- (5) Maiores detalhes do terrorismo político e cultural vivido pela ECA-USP nos anos 70 podem ser encontrados nos depoimentos de professores e ex-alunos enfeixados na edição monográfica "ECA - 17 anos" da revista Comunicações e Artes, nº 12, São Paulo, ECA-USP 1983
- (6) ECA: O QUE FAZER COM A DEMOCRACIA? - Jornal do Campus, ano I, nº 0, São Paulo, ECA-USP/ setembro de 1983
- (7) MARQUES DE MELO, José - Laboratório de Jornalismo, Jornal do Campus, nº 27, São Paulo, ECA-USP, 28/08/1986
- (8) PEREIRA, Luis Estevam - Jornal do Campus chega a 50 edições, Jornal do Campus, nº 50, São Paulo, ECA-USP/IPCJE, 16/07/1987

DIRETRIZES PARA UM JORNAL-LABORATÓRIO +

José Marques de Melo

+ Artigo publicado originalmente na Revista da Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil, nº 1, p.185-193, 1967

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O jornal-laboratório constitui o instrumento básico de um Curso de Jornalismo no sentido de integrar os estudantes na problemática da futura profissão. A sua finalidade é a de permitir um treinamento adequado na própria Escola, de modo que os alunos tenham oportunidade de colocar em execução, ainda que experimentalmente, o acervo de conhecimentos teóricos adquiridos nas diversas disciplinas de natureza técnico-profissional.

Como diz Carlos Rizzini, "ninguém aprende a fazer reportagem ou entrevista por devaneio ou imaginação; e fazendo-as, a rigor, ao vivo, delas não tirará fruto apreciável se as não vir publicadas"(1). Isso corresponde, em termos mais amplos, à afirmativa de Wilfrid Eggleston, diretor do departamento de jornalismo da Universidade Carleton, de Ottawa: "não se aprende a observar e a descobrir os fatos, a selecionar, a ordenar e a redigir suas impressões, sem publicar um jornal ou utilizar uma estação de rádio"(2).

No Brasil, lamentavelmente, as experiências com relação a esse aspecto não são muito ricas; a ausência de jornais-laboratórios em quase todos os cursos de jornalismo em funcionamento no país indica uma deficiência básica na formação dos nossos profissionais da imprensa. "O ensino é mais acadêmico do que profissional, não indo a parte prática além do exercício de redação" - afirma Carlos Rizzini, ex-diretor da Faculdade de Jornalismo Casper Líbero, de São Paulo (3).

Esse, aliás, é o panorama da maioria das escolas de jornalismo na América Latina. Algumas têm feito tentativas no sentido de manter publicações periódicas, que, na opinião de Jorge Fernandez, diretor do CIESPAL, "tratam de ser um ensaio ou um experimento pedagógico". Acrescenta Fernandez: "porém são tudo menos um ensaio pedagógico, porque o aluno se enfronha em suas coisas pessoais e produz algo que nada tem a ver com um jornalista autêntico, com um jornalismo informativo" (4).

Dai as severas críticas que se fazem a uns poucos jornais universitários, orientados por Escolas de Jornalismo no Brasil, pelo caráter essencialmente amadorístico que apresentam, quando não pela completa desvinculação da realidade. "Não se escreve sobre o que deseja o público potencial" - explica o Prof. Alfredo Pacheco, da Universidade de Concepción, do Chile - "e, no entanto, o jornalista, quando trabalha na vida profissional, não escreve sobre o que gosta, mas sobre o que o público quer e necessita. Então é errado, muito grave, ter (numa Escola de Jornalismo) um jornal onde afinal apareceriam... ou composições primaveris e outonais" (5).

Nos Estados Unidos, e em outros países desenvolvidos, a situação é bem diversa. "Todas as escolas (nos EUA) possuem redações, laboratórios e oficinas e procuram detalhar e modernizar os seus instrumentos, empregando o teletipo, o telefoto, o teletypesetter, e o fax, ou transmissão de fac-símile. Todas editam jornais, internos ou externos, de circulação particular ou pública, realizando o pensamento do primeiro deão da escola de Missouri: o aluno precisa ver impresso aquilo que escreve" (6).

Algumas escolas editam jornais diários destinados à comunidade urbana a que pertencem, outras editam jornais destinados à comunidade universitária. Tratam-se, portanto, de jornais não-fictícios, com periodicidade determinada e com público específico, fornecendo todas as condições para que os estudantes conheçam, em detalhes, os problemas práticos que irão enfrentar na vida profissional.

O sistema adotado pelas universidades americanas tem revelado excelentes resultados, que se traduzem pela própria valorização dos profissionais de nível superior no mercado de trabalho. Hoje, nos EUA, metade dos jornalistas têm diplomas universitários; universidades como a de Columbia revelam o emprego de 80% dos seus graduados, logo após o término do curso; e, o que é mais importante, a procura anual de profissionais para a imprensa é maior que a oferta feita pelas Escolas de Jornalismo (7).

2. ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA DO JORNAL-LABORATÓRIO

Atualmente, na pedagogia do Jornalismo (8), há dois tipos de orientações relacionadas com as atividades experimentais e, mais especificamente, com o funcionamento de jornais-laboratórios:

- a) **Prática integral** - manutenção de uma publicação periódica dirigida a um público específico; para isso, a Escola deve dar ao jornal uma estrutura administrativa semelhante à de qualquer empresa jornalística, de modo que os educandos participem de todas as fases de produção.
- b) **Prática amostral** - elaboração de páginas isoladas de um jornal de informação geral, que não circula externamente; nesse caso, as atividades experimentais resumem-se às salas de redação e de diagramação.

A primeira orientação (da Universidade de Missouri) é a mais antiga e adotada pela maior parte das Escolas de Jornalismo nos Estados Unidos e na Europa. Seu fundamento é o de que "não compete ao jornalista compor na linotipo, fazer gravuras ou fundir telhas, como não lhe compete angariar publicidade, cuidar da circulação ou contratar papel. Mas, não será um jornalista completo aquele que não souber como se processam essas operações mecânicas e administrativas" (9).

A segunda orientação (da Universidade de Columbia, de Nova York) é mais recente. As atividades experimentais têm como núcleo básico a sala de redação, dispensando a infra-estrutura industrial que caracteriza um jornal comum. Jorge Fernandez, diretor do CIESPAL, é um dos defensores desse sistema; segundo ele "não é necessário que uma Escola de Jornalismo tenha linotipos, impressoras, e se envolva em todo o tremendo processo de confecção de um jornal na forma ordinária que se faz, para ensinar ao aluno a fazer um jornal" (10). A Universidade de Columbia teve muito êxito com a utilização desse método; mas, para garantir a plena formação dos educandos, foi instituído o sistema de estágios complementares. Carlos Rizzini presenciou, em sua visita às Escolas de Jornalismo dos

EUA, que "os estudantes de Colúmbia preparam inteiramente e publicam dois números anuais de seis diários das cercanias de Nova York" (11). Para isso, no entanto, as universidades norte-americanas contam com a colaboração total dos empresários do Jornalismo, que permitem o treinamento dos estudantes nas redações dos seus periódicos.

É, evidentemente, uma situação bem diversa à do Brasil, onde, depois de 20 anos de funcionamento dos cursos de jornalismo, não se concretizou ainda o sistema de estágios nas redações dos jornais diários, com raras exceções, apesar de previsto em lei (12).

Das duas orientações, a mais aconselhável para a Escola de Comunicações Culturais é a **prática integral**. Ao fazer essa opção, consideramos algumas circunstâncias fundamentais:

- 1) A cidade de São Paulo, como maior centro industrial da América Latina, possui hoje um grande mercado de trabalho para jornalistas especializados, principalmente no campo do **jornalismo industrial**. Nos próximos 5 anos as oportunidades de emprego oferecidas pelos jornais de empresa serão proporcionalmente maiores que as oferecidas pelos jornais de informação geral. Deve, portanto, a Escola, formar profissionais absolutamente capazes para ampla aceitação no mercado de trabalho. E, para formar jornalistas especializados, é imprescindível dar-lhes treinamento prático total.
- 2) Deve-se considerar também, numa perspectiva mais ampla, e como reforço ao argumento anterior, a tendência do jornalismo gráfico moderno no que se refere ao mercado de trabalho. O fenômeno da extinção ou da concentração de empresas jornalísticas, como resultado direto da competição entre jornalismo gráfico e jornalismo audiovisual, tem reduzido sensivelmente o número de empregos nos jornais de informação geral. "Em Paris, em 1892, havia 83 diários e hoje não restam senão 13" (13). Em Nova York, atualmente, circulam apenas 3 jornais diários (14). Em compensação, verifica-se uma avalanche de publicações especializadas em todo o mundo, o que leva Raymond Cartier a concluir: "na minha opinião, o jornalismo do futuro é o das revistas especializadas" (15). O jornalismo especializado afigura-se, então, como um mercado de trabalho de grande potencialidade. E isso deve ser tomado em consideração no treinamento dos futuros profissionais, a fim de que tenham uma formação universitária orientada para o futuro (jornalismo especializado) e não para o presente ou passado, como já querem alguns - (jornalismo de informação geral).

No jornal-laboratório os estudantes terão oportunidade de participar de todas as fases produtivas de uma publicação periódica, adquirindo uma vivência integral, não limitada apenas à sala-de-redação. E, acreditamos, essa prática será suficiente para delinear inclinações profissionais, além de suscitar todos os problemas técnicos, administrativos e intelectuais semelhantes aos que surgirão em atividades específicas, fora da Escola.

3. ESTRUTURA BÁSICA

O jornal-laboratório da Escola de Comunicações Culturais deve adotar a estrutura de um jornal comunitário. Ou seja, deve dirigir-se a um público específico, o público da Universidade de São Paulo: estudantes, professores e funcionários.

Assim sendo, os estudantes não vão participar simplesmente de um ensaio pedagógico. Terão um órgão vivo, dinâmico, que deverá atender aos anseios informativos da comunidade à qual se destina.

Não obstante contar com a supervisão de professores e profissionais especializados, o jornal será inteiramente elaborado pelos alunos. A idéia básica é a de que cada estudante tenha oportunidade de participar das diversas fases de confecção de um periódico, desde a busca de informações nas fontes primárias à sua distribuição para o público leitor. Deste modo, recolherá experiências suficientes para realizar quaisquer tarefas práticas na vida profissional.

Para que o jornal venha a funcionar plenamente, com todas as características de um órgão informativo comum é necessário que tenha a estrutura de uma empresa privada. Ou melhor, é preciso que conte com recursos financeiros próprios, auto-financiando todas as suas atividades. E esse auto-financiamento será concretizado através da venda de espaço para propaganda. É evidente que, na fase inicial, a Escola deverá destinar-lhe alguns recursos, até que se afirme como publicação não-efêmera. No entanto essa destinação inicial de recursos terá a função singular de investimento.

Do ponto de vista técnico-profissional, o jornal-laboratório será feito pelos estudantes, como se afirmou anteriormente. Em todas as etapas, porém, contará com a orientação, o apoio e a supervisão dos professores das disciplinas instrumentais e fenomenológicas, que cobrirão, inclusive, as deficiências porventura existentes antes da impressão de cada número. A participação dos professores será fundamental, senão imprescindível, no sentido de um trabalho crítico permanente e de assessoramento às atividades dos estudantes. Esse assessoramento, todavia, não deve ser elevado às condições de "paternalismo", ou seja, a realização de todas as tarefas básicas pelos mestres, receosos de uma atuação não de todo perfeita por parte dos alunos. Fenômenos desse tipo têm sido constatados em algumas Escolas de Jornalismo, com prejuízo total para os educandos.

O importante é deixar a iniciativa com os estudantes, a fim de que os mesmos adquiram noções de responsabilidade, procedendo como se estivessem trabalhando em qualquer empresa comercial. E, como tal, deverão estar submetidos a normas específicas, no sentido coercitivo, a fim de que se evite o acúmulo de tarefas por parte de uns poucos, pois o jornal, como projeto experimental, deve ser feito coletivamente.

4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

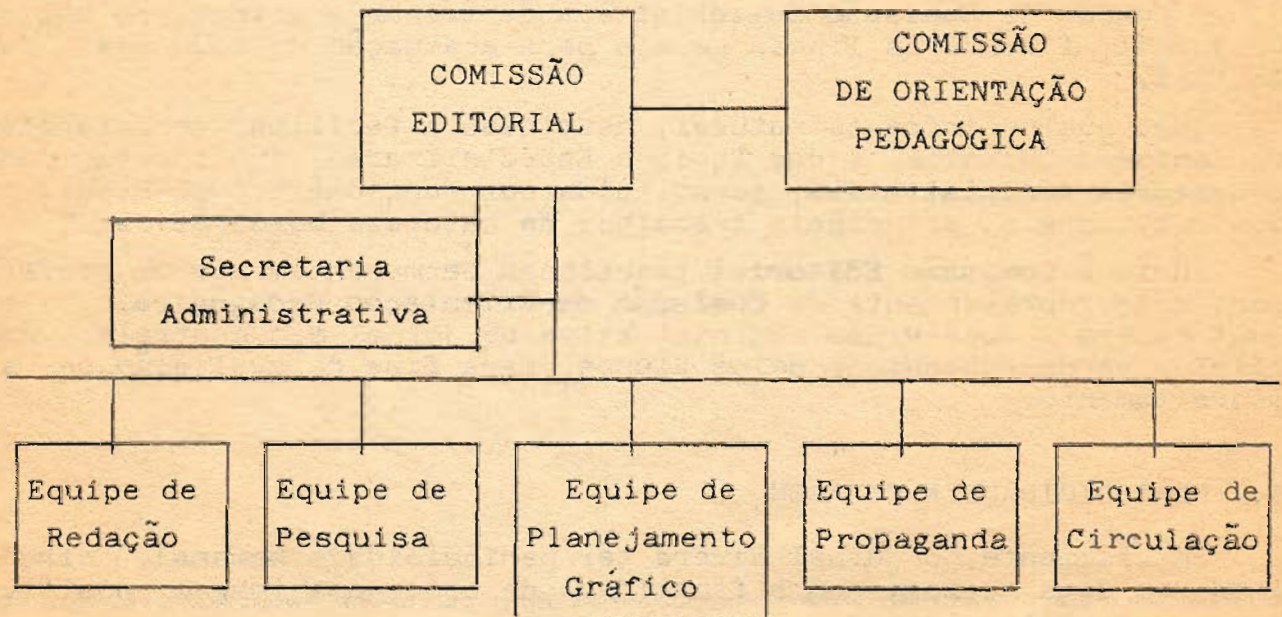
A organização administrativa do jornal será feita de modo bastante flexível para evitar futuros estrangulamentos operacionais. -

De qualquer modo, terá uma organização definida, semelhante à de uma pequena empresa jornalística.

Cada pessoa terá uma função determinada e será responsável pela execução de algumas tarefas. A intenção inicial é a de formar equipes e instituir o sistema de rodízio. Ou seja, cada estudante terá uma função durante um certo período e, a seguir, passará a ocupar outra, de modo a colaborar em todas as equipes. Esse sistema, acreditamos o mais adequado para os primeiros tempos de funcionamento do jornal, uma vez que só nos últimos anos do curso serão ministradas as principais disciplinas de natureza técnico-profissional. Em 1970, porém, quando todas as cadeiras estiverem funcionando normalmente, se buscará um outro sistema de organização que mantenha correspondência entre as tarefas práticas dos alunos e os conhecimentos difundidos nas aulas teóricas.

A organização que se deve imprimir, inicialmente, é a de **Equipes Especializadas**, num mesmo nível estrutural, com funções executivas. Essas equipes estarão subordinadas a uma **Comissão Editorial**, com funções deliberativas. Cada equipe deverá ter um Coordenador, que, por sua vez, será membro da Comissão Editorial. Assessorando a Comissão Editorial, constituída de estudantes, funcionará a **Comissão de Orientação Pedagógica**, constituída pelos professores das matérias instrumentais.

Dentro dessa orientação, o jornal teria a seguinte estrutura:



Vejam, agora, a definição das áreas de atividades de cada Equipe.

1. **Equipe de Redação** - organização da pauta do jornal; coleta de notícias; realização de entrevistas; redação das notícias, reportagens, editoriais, crônicas e comentários; copy-desk; titulação; seleção das informações a serem publicadas;
2. **Equipe de Pesquisa** - organização e manutenção de um arquivo completo de informações; realização de pesquisas documentais para as matérias de jornalismo interpretativo; realização de pesquisas de opinião pública sobre fatos de interesse do jornal; realização de pesquisas junto ao público leitor para buscar informações que auxiliem as atividades de outras equipes;
3. **Equipe de Planejamento Gráfico** - obtenção de fotografias; elaboração de gráficos e ilustrações; planejamento da estrutura morfológica do jornal, através da diagramação; revisão de provas tipográficas; acompanhamento de todas as fases de composição e impressão do jornal nas oficinas;
4. **Equipe de Propaganda** - promoção de venda do espaço do jornal para anúncios; contatos com agências de propaganda e com anunciantes; elaboração de folhetos com objetivos publicitários; redação de anúncios;
5. **Equipe de Circulação** - distribuição de cada número do jornal em todas as unidades da USP; organização de promoções junto ao público potencial do jornal, a fim de conquistar leitores; acompanhamento do consumo de jornais em cada unidade, a fim de identificar possíveis áreas de resistências à sua leitura.

A função da **Comissão Editorial** é a de traçar a orientação básica do jornal, fixando as linhas gerais para a atuação de cada uma das Equipes.

Como núcleo infra-estrutural, destinado a facilitar as tarefas da Comissão Editorial e das Equipes Especializadas, funcionará uma **Secretaria Administrativa**, constituída por funcionários da Escola, e que realizará os principais trabalhos de natureza burocrática.

Junto à **Comissão Editorial** trabalhará permanentemente um Professor, como representante da **Comissão de Orientação Pedagógica**, ao qual caberá a supervisão administrativa do jornal e o controle das atividades desempenhadas pelos alunos, para fins de avaliação de aproveitamento.

5. PERIODICIDADE E TIRAGEM

Inicialmente, o jornal deverá ter periodicidade **semanal**, circulando em dias certos, com a finalidade de criar uma imagem positiva junto ao público leitor.

Depois de um período inicial de circulação regular, quando a sua leitura estiver incorporada já aos hábitos do público potencial, então será a ocasião de passar a **diário**.

Poder-se-ia formular um cronograma para o seu funcionamento, com

as seguintes características:

1968 - semanal

1970 - diário

Quanto à tiragem, o número inicial de exemplares editados deverá ser da ordem de 15.000, a fim de permitir difusão total junto a todas as Escolas e Faculdades da USP. Progressivamente, esse número poderá ser ampliado, de acordo com o interesse que venha a despertar em novos contingentes de leitores.

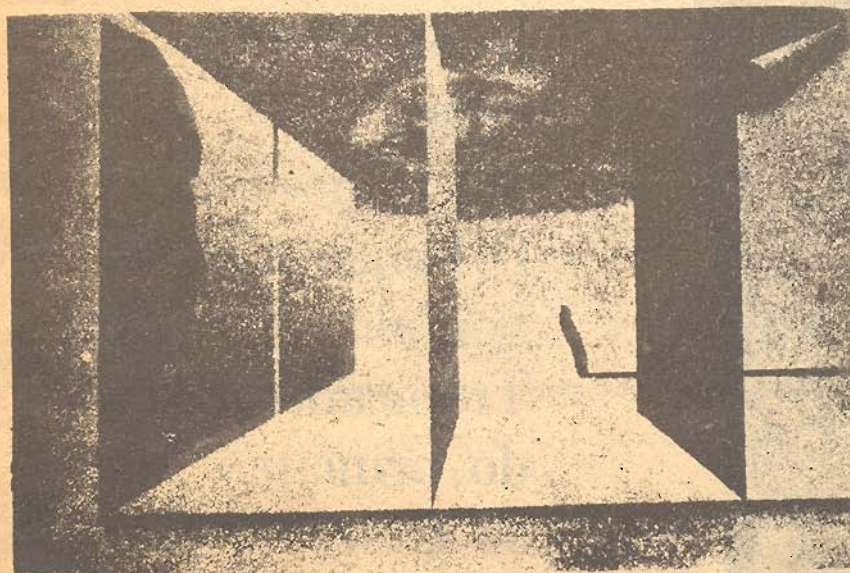
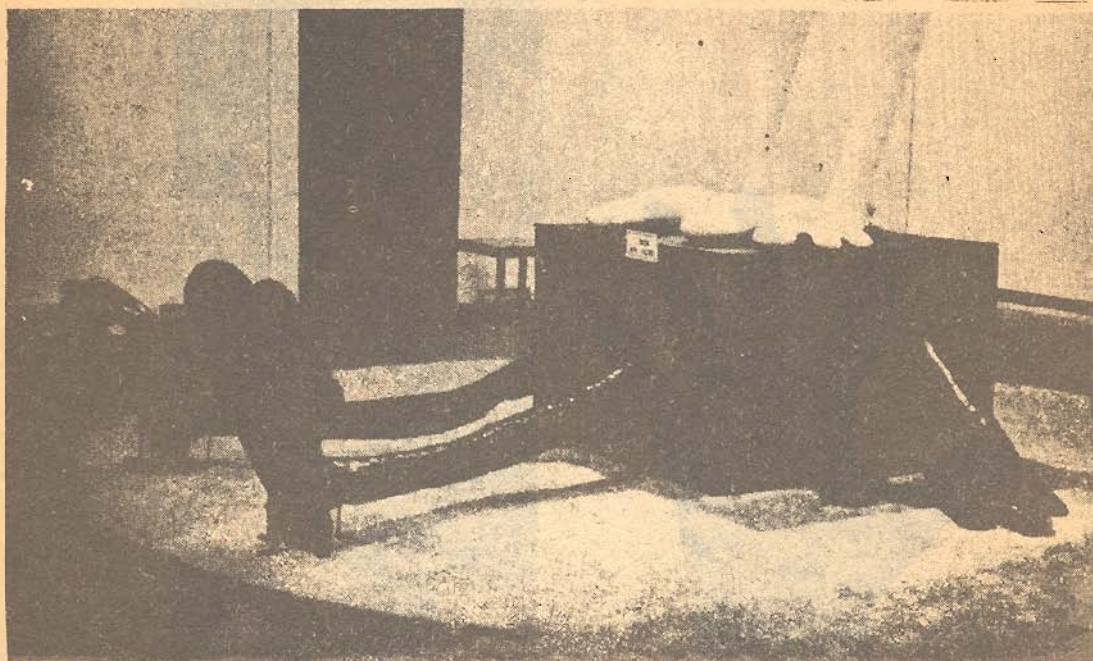
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. RIZZINI, Carlos - **O ensino do jornalismo**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1953. p. 52
2. EGGLESTON, Wilfrid - "La préparation spéciale du personnel de la presse de la radio, de la télévision et du cinéma". In: UNESCO - **La formation des journalistes**. Paris, 1958. p. 47
3. RIZZINI, op. cit. p.41
4. FERNANDEZ, Jorge - **Las escuelas de periodismo en America Latina** Quito, CIESPAL, 1965. p. 146
5. PACHECO, Alfredo - **Las escuelas de periodismo en America Latina** Quito, CIESPAL, 1965. p. 146
6. RIZZINI, op.cit. p.37
7. RIZZINI, op.cit. p.38-40
8. JOBIM, Danton - **Pedagogia del periodismo: métodos de enseñanza orientados para la prensa escrita**. Quito, CIESPAL, 1964.
PONCE, Ramón Cortez - **Pedagogia del periodismo**. Quito, CIESPAL, 1964.
BELTRÃO, Luiz - **Métodos en enseñanza de la técnica del periodismo**. Quito, CIESPAL, 1963.
9. RIZZINI, op.cit.p.26
10. FERNANDEZ, Jorge - **Escuelas de periodismo en America Latina**, Quito, CIESPAL, 1965. p. 148
11. RIZZINI, op.cit. p.37
Quito, CIESPAL, 1965. p. 223
12. KELLY, Celso - **Enseñanza de periodismo y medios de información colectiva**.
13. LEAUTÉ, Jacques - **Etica y responsabilidad del periodista**. Quito CIESPAL, 1966. p. 5
14. FOLHA DE SÃO PAULO. jun. 1967
15. CARTIER, Raymond - Entrevista a Manchete. 1967.

JORNAL

SÃO PAULO — OUTUBRO DE 1985 — PUBLICAÇÃO EXPERIMENTAL DO DEPARTAMENTO DE JORNALISMO DA ESCOLA DE COMUNICAÇÕES CULTURAIS — USP — Nº 02

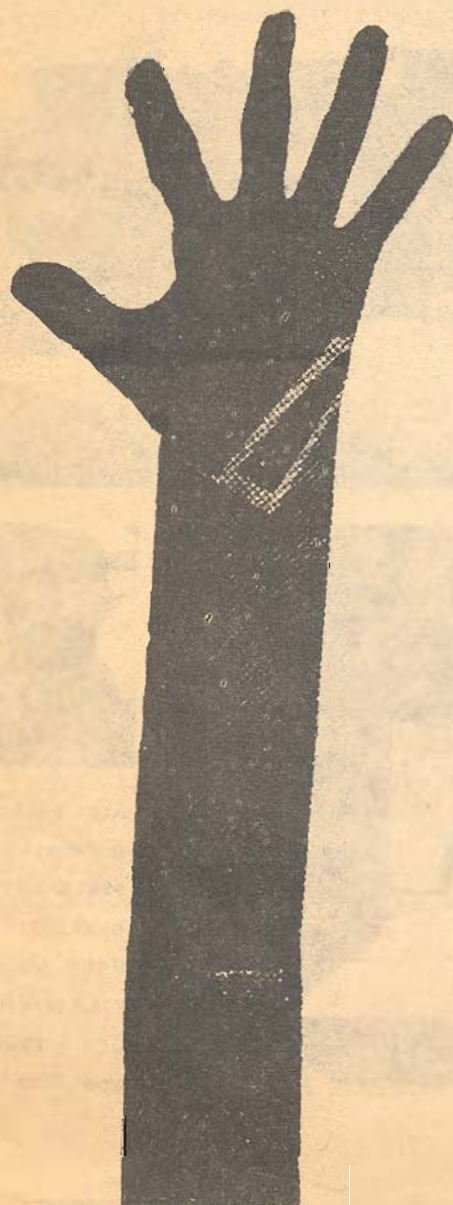
BIENAL: ARTE E CONTESTAÇÃO



AQUI ESTÁ A **BIENAL** NA DESCRIÇÃO E OPINIÃO DE ALGUNS CRÍTICOS. **PAULO AUTRAN**, NA ECC, SAI APLAUDIDO DEPOIS DE PREGAR UM TEATRO PARA ADOLESCENTES. **PIGNATARI** FAÇA DO CIESPAL, ENQUANTO PARECE QUE A **TELEVISÃO** AMEAÇA CRIAR MONSTROS. EIS O **JORNAL ZERO DOIS**.

JORNAL

110 - NOVEMBRO DE 1969 - PUBLICAÇÃO EXPERIMENTAL DO DEPARTAMENTO DE JORNALISMO DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO LINGÜÍSTICA - USP - N. 14



Irônicamente,
Olney.
Martinho da Vila.
O Feijão e o
Sonho.
Tropicália: medo
do princípio
ao fim.
Vida e Morte
do Cordel.

JORNAL

SÃO PAULO, 11 DE OUTUBRO DE 1969 — PUBLICAÇÃO EXPERIMENTAL DO DEPARTAMENTO DE JORNALISMO DA ESCOLA DE COMUNICAÇÕES CULTURAIS — ECP — Nº 01

JORNAL marco na ECC

Aqui está o primeiro número experimental do jornal-laboratório. Uma das mais velhas reinvindicações dos alunos de Jornalismo da ECC, surge com o atraso equivalente à idade da Escola: quase três anos. Por que não veio antes? Porque não havia verbas para os equipamentos, à princípio. Depois, porque era preciso abrir concorrência pública para comprar linotipo, impressoras e outras máquinas. Depois, porque se decidiu importar máquinas novas. Depois, porque houve atrasos no processo de importação. Recentemente, as máquinas chegaram mas o prédio definitivo da Escola de Comunicações não foi concluído. Optou-se, então, pela concessão de uma verba destinada a custear a impressão do JORNAL em tipografia comercial. E aqui estamos!

Aprender Jornalismo sem jornal era uma tese muito estranha, desaconselhada por professores e alunos. Era assim como tentar aprender a nadar por correspondência, sem cair n'água.

No JORNAL, todos os alunos do Curso de Jornalismo poderão realmente aplicar os conhecimentos teóricos e experimentar conscientemente. É um jornal-laboratório, de cunho didático sob todos os aspectos. É feito inteiramente pelos alunos de Jornalismo da ECC, sob a orientação didática dos professores do Departamento.

Neste número, porém, os erros são talvez mais numerosos, em consequência da falta de experiência anterior da maioria dos que trabalharam. Mesmo assim, todas as falhas serão criticadas e, na medida do possível, corrigidas. O importante era — e é — fazer o JORNAL.

Finalmente, uma palavra sobre o conteúdo do JORNAL. Optamos, inicialmente, pelos assuntos ligados ao campo das Comunicações. A partir dos próximos números, serão incluídas matérias relativas à Universidade e outros campos da cultura, como Artes Plásticas, Publicidade, Música etc.

Aprender fazendo



Nixon entre nós

Pg. 2

Dia D para classe D

Pg. 3

Dumon prega curso de 60 horas

Pg. 4

Seis caixotes vermelhos

Pg. 6

Bolívar na Arena

Pg. 7

Farkas revela sertão

Pg. 7

A SOLUÇÃO FINAL

"Quero que vocês me ajudem a acabar com os picaretas da imprensa. Vocês são os maiores interessados nisso". Isto foi o que disse o Ministro do Trabalho, sr. Jarbas Passarinho, a um grupo de jornalistas credenciados no Palácio das Laranjeiras, logo após a regulamentação da profissão de jornalista, por decreto dos ministros militares, assinado, dia 8 de outubro, na Passa do Trabalho.

A única alteração substancial feita no ante-projeto, publicado há dias, refere-se a obrigatoriedade prevista no parágrafo IV do artigo quarto, condicionando a admissão pelas empresas de jornalistas portadores de diploma de curso superior. No projeto aprovado, aquele artigo foi modificado, permitindo que as empresas possam contratar dois terços de jornalistas formados e um terço não formados.

A obrigatoriedade é válida para os cargos de redator, reporter e reporter de setor, excluídos os revisores. Ainda de acordo com a regulamentação, todo jornalista que ficar 2 anos sem exercer a função terá seu registro trancado e, se em futuro próximo, não provar sua atividade dentro da profissão, fica sujeito à cassação do registro.

O Ministro Passarinho salientou que o teto salarial ainda não foi fixado, mas as empresas não poderão admitir jornalistas com salários inferiores aos decretados pelo último acordo salarial da classe.

JORNAL

SÃO PAULO — NOVEMBRO DE 1969 — PUBLICAÇÃO EXPERIMENTAL DO DEPARTAMENTO DE JORNALISMO DA ESCOLA DE COMUNICAÇÕES CULTURAIS — FAP — Nº 00



Nossos colegas de Teatro fizeram sucesso na Colômbia com Pedro Pedreiro e O Rato no Muro Pag. 3

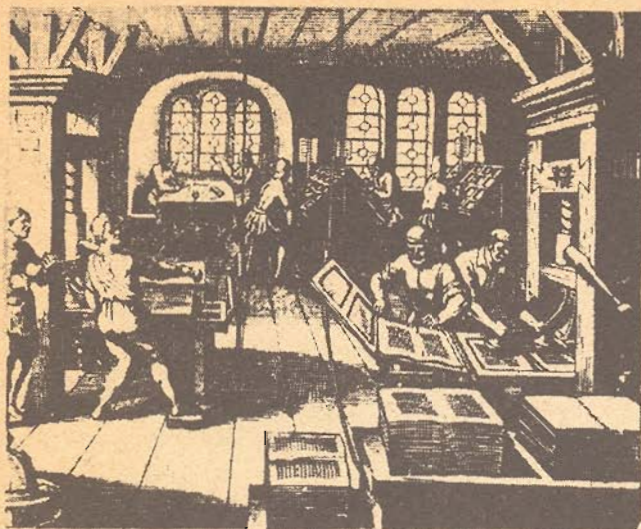
Exigências, taxas e depoimentos de calouros sobre vestibulares de 70 estão na Pag. 8

Ele volta para assumir um antigo posto. Eis o perfil do político e do homem Miguel Reale Pag. 8



JORNAL

SÃO PAULO — DEZEMBRO DE 1968 — PUBLICAÇÃO EXPERIMENTAL DO DEPARTAMENTO DE JORNALISMO DA ESCOLA DE COMUNICAÇÕES CULTURAIS — USP — N.º 8



A IMPRENSA REVOLUCIONOU O PROCESSO DA COMUNICAÇÃO QUE PREVALECIA ATÉ O SÉCULO XV. HOJE A ELETRÔNICA INICIOU A SEGUNDA REVOLUÇÃO, PROPORCIONANDO UMA NOVA PERSPECTIVA PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA (última página).



O PROFESSOR EDUARDO DIZ QUE A LITERATURA HISPANO-AMERICANA PROCURA SEU CAMINHO. ACIMA UMA CARICATURA DE GARCIA MARQUEZ, AUTOR DE "CEM ANOS DE SOLIDÃO", UMA DAS OBRAS QUE CONQUISTARAM O PÚBLICO BRASILEIRO (página 6).

SER HIPPIE É BICO PAG. 5
RUA 100 NOVA YORK PAG. 4
A EMPRESA DO
TIO PATINHAS PAG. 7

A EXPERIÊNCIA DE IMPLANTAÇÃO DO "JORNAL DO CAMPUS" +

Carlos Eduardo Lins da Silva

+ Relatório publicado originalmente na Série "Documentos CJE", nº 1, do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 1985

I. HISTÓRICO

O projeto de RTC a que este relatório se refere foi apresentado por mim ao CJE há dois anos e tinha como objetivo principal acompanhar o processo de planejamento e implantação de um jornal-laboratório comunitário do Departamento e dirigido à coletividade que vive e/ou trabalha ou estuda na Cidade Universitária.

O projeto previa um cronograma segundo o qual seriam cumpridas as seguintes fases:

1. no segundo semestre de 1983, seriam realizadas quatro edições experimentais mensais, para se observar as condições de produção jornalística existentes no CJE;
2. no ano de 1984, o projeto seria implantado, circulando o jornal semanalmente em todo o campus; as pesquisas de avaliação seriam desenvolvidas durante esse período;
3. no primeiro semestre de 1985, haveria a cristalização do projeto e seria feita a avaliação global.

O projeto previa que o jornal teria uma tiragem de 50 mil exemplares, circularia gratuitamente em todo o campus, seria colocado à disposição dos leitores em bancas colocadas nos corredores de todas as escolas, faculdades, institutos e órgãos burocráticos da USP. Durante a fase exploratória, o jornal deveria tirar 10 mil exemplares, circular no maior número possível de unidades da USP, teria sua circulação aumentada à medida em que sua infraestrutura o permitisse. O jornal seria em formato "standard", teria pelo menos doze páginas, aumentaria o número de páginas à medida em que o faturamento publicitário (já que o projeto previa esse tipo de fonte de receita) o permitisse.

O "Jornal do Campus" seria gerido por um Conselho Editorial formado por professores, estudantes, funcionários e representantes dos leitores. Haveria uma supervisão pedagógica constituída por professores das diversas áreas do Jornalismo, coordenada por um professor e responsável por todos os aspectos didáticos da elaboração do jornal.

Os editores do jornal seriam estudantes monitores. Também os aspectos administrativos deveriam ficar sob a responsabilidade de estudantes monitores, que estariam sob a supervisão dos professores. Estudantes recém-ingressados no curso seriam os repórteres, responsáveis pela coleta de informações, e os veteranos cuidariam da redação, diagramação e arte, edição fotográfica e visual.

Os departamentos de Publicidade e Propaganda e de Relações Públicas da ECA/USP seriam encarregadas de elaborar planos para os setores comerciais e de relações públicas do jornal.

O projeto tinha objetivos didáticos explícitos. O primeiro, o de que o jornal-laboratório servisse para a aplicação prática de conhecimentos sedimentados e para produzir novos conhecimentos, como ensina José Marques de Melo. (1) O segundo, a integração das disciplinas técnicas do Jornalismo, para que se pudesse superar a divisão artificial de conhecimento adquirido no curso sobre práticas indissociáveis como redação, edição, fotojornalismo, jornalismo informativo,

jornalismo interpretativo, diagramação, artes gráficas e outras. O terceiro, o mais óbvio, fornecer aos estudantes condições materiais e teóricas para que pudessem desenvolver o exercício técnico indispensável para o aprendizado jornalístico.

O projeto tinha objetivos de extensão universitária. O primeiro era fazer com que, através do jornal, a comunidade para a qual ele se dirigiria pudesse ter elementos a mais para tomar consciência de seus problemas e para organizar-se para resolvê-los. O segundo, fazer com que todos os segmentos da comunidade pudessem ter participação direta na elaboração e avaliação do jornal. O terceiro, que o jornal fosse permanente, ou seja, que sua circulação não se interrompesse por ocasião das férias escolares.

O projeto tinha objetivos de pesquisa. Segundo ele, o jornal não deveria esgotar-se em seu consumo pelo público. Tendo-o como principal objeto de estudo, os professores deveriam pesquisar as características da linguagem jornalística que pudessem facilitar a leitura turabilidade do veículo, investigar as possibilidades do jornal como agente persuasivo e descobrir até que ponto ele pode ser um meio eficiente na tarefa de integração de uma comunidade.

Assim era o projeto. A realidade mostrou-se muito diferente. Em 1983, no segundo semestre, saíram duas edições do "Jornal do Campus", ao invés das quatro planejadas. Saiu em formato tablóide, 12 páginas, ao invés de "standard" 12 páginas como projetado. A tiragem foi de 2.000 exemplares, ao invés de 10.000 imaginados. Os dois números saíram com grande atraso em relação às datas de fechamento, anunciando eventos que já se haviam realizados e comentando fatos já apagados da memória dos leitores.

Em 1984, saíram 5 edições ao invés das 48 esperadas. Não só não se chegou ao formato "standard" como se reduziu a um meio tablóide a partir do número 5. Não se chegou a 12 páginas "standard" (que corresponderiam a 24 tablóide) e se reduziu a 8 meio tablóide (que correspondem a 4 tablóide). Não se chegou aos 50 mil exemplares pretendidos, permanecendo-se nos 2 mil. Não se chegou à periodicidade semanal almejada e, na verdade, não se teve qualquer periodicidade. Houve um mês em que saíram duas edições (novembro), outro em que saiu uma edição dupla (junho) e muitos em que não saiu nenhuma edição.

Em 1985, até o mês de maio, haviam circulado duas edições, ainda em formato meio-tablóide, mas já com 12 páginas (equivalentes a 6 tablóide e 3 "standard"). A tiragem do número 1 de 85 foi de 3 mil exemplares e do número 2 de 5 mil.

Durante esses quatro semestres, o "Jornal do Campus" circulou de forma precária em algumas unidades da Universidade, nunca teve uma periodicidade regular, nunca publicou qualquer anúncio publicitário, jamais chegou a ter mais do que dois estudantes monitores, não formou o seu Conselho Editorial, não teve supervisão pedagógica, não contou com a colaboração de outros departamentos da ECA, não testou conhecimentos jornalísticos sedimentados (muito menos criou novos), não integrou as disciplinas técnicas do curso de Jornalismo do CJE, não forneceu aos estudantes condições materiais ou teóricas para que eles pudessem treinar a técnica jornalística. Nesses nove números

o "Jornal do Campus" publicou, sem dúvida, reportagens que devem ter ajudado a comunidade da Cidade Universitária a compreender melhor seus problemas. Mas a irregularidade com que eles foram distribuídos e, mais ainda, o atraso com que chegaram às mãos do público amenizaram muito qualquer impacto que esses textos possam ter tido. Em nove edições, não houve quase nenhuma participação direta dos leitores no jornal. Uma carta foi publicada. Tentativas de deixar espaços para que os leitores anunciassem gratuitamente atividades de suas unidades resultaram em colunas em branco por falta de retorno. Classificados gratuitos também deixaram de ser aproveitados pela comunidade, que preferiu valer-se de murais tradicionais e mais eficientes do que um jornal que nunca se sabia quando seria editado nem em que mãos iriam parar. O "Jornal do Campus" não só não atingiu seu objetivo de ser permanente como não chegou nem mesmo a ser periódico e, portanto, não chegou nem mesmo a ser um jornal. Em consequência, não chegou a haver um objeto de estudo para ser analisado em pesquisas. Portanto, não houve pesquisa nem sobre linguagem jornalística, nem sobre a capacidade persuasória do jornal nem sobre sua capacidade de integrar a comunidade porque não houve jornal.

Este relatório é, assim, o relato de um fracasso. Ele tentará, ao menos, sistematizar um pouco as causas desse fracasso. Se alguma utilidade tiver, será a de servir de ponto de referência para futuras tentativas. Para que os próximos a tentarem implementar um projeto de jornal-laboratório no CJE não caiam nas mesmas falhas que golpearam o projeto do "Jornal do Campus". Se é que isso será possível.

II. PROBLEMAS ADMINISTRATIVOS

O primeiro e decisivo fator para o fracasso do projeto "Jornal do Campus" foi a falta de verbas crônica da Universidade brasileira e a de São Paulo em particular. O projeto previa o problema da ausência de recursos e propôs uma solução.

Na página 11, o projeto ponderava que as 60 mil pessoas que vivem seu cotidiano na Cidade Universitária são, em grande parte, de bom poder aquisitivo dentro dos parâmetros da sociedade brasileira, o que faz com que elas se constituam em público de interesse para o mercado publicitário. (2)

O projeto propunha, portanto, a venda de anúncios como uma opção para a falta de recursos materiais que, como o próprio projeto constatava, é uma razão permanente do fracasso de experiências de jornalismo laboratorial no Brasil.

Entre as vantagens da utilização do sistema publicitário no "Jornal do Campus" (a primeira é a de que ele garantiria sua própria existência) estava o fato de que, com anúncios, estar-se-ia proporcionando aos estudantes condições jornalísticas mais próxima da realidade. A sociedade brasileira está organizada dentro dos moldes do modo de produção capitalista e a maioria absoluta das vagas oferecidas pelo mercado de trabalho no setor cultural está vinculada a empresas culturais que vivem graças à veiculação de anúncios. Se o "Jornal do Campus" estivesse sujeito a esse tipo de circunstância, os estu-

dantes treinariam a prática jornalística submetidos às pressões, vantagens, desvantagens, peculiaridades que caracterizam o real exercício da profissão e, assim, sairiam, pelo menos em princípio, em melhores condições de disputar as vagas do mercado de trabalho. Com a vantagem de que, no caso do "Jornal do Campus", ainda se ter, para pesquisa, as oportunidades de controle de laboratório.

Apesar de prevista no projeto, a opção pela venda de espaço publicitário não se realizou. Por dois motivos básicos: os entraves que a burocracia universitária antepôs e os entraves que a obstinação ideológica de grupos políticos de esquerda antepôs. A direita e a esquerda da Universidade inviabilizaram o projeto do "Jornal do campus", cada uma a seu modo e com seus argumentos.

Desde o início da fase de planejamento do projeto, estava claro que a falta de recursos materiais poderia inviabilizá-lo. O primeiro número experimental foi demonstração suficiente para que o coordenador-geral do projeto enviasse um documento à direção da ECA alertando para o perigo.

Nesse documento (3), eram denunciadas: más condições na maioria das máquinas de escrever da sala de redação, ausência de filmes fotográficos em quantidade mínima para que as tarefas de reportagem fotográfica pudessem ser cumpridas pelos estudantes, inexistência total de material de revelação e ampliação, dificuldades para a utilização de equipamentos de ampliação e revelação localizados em outros departamentos da Escola, falta de veículos para a distribuição do jornal, falta de papel para a impressão, problemas administrativos na gráfica da Escola, sobre os quais a coordenação do projeto não tinha como atuar já que a gráfica não é subordinada ao CJE.

Logo de início, ficava evidente que o jornal não teria condições de circular se dependesse dos recursos da Escola. Cada reportagem só podia ter três chapas fotográficas. Num jornal, nenhuma reportagem se faz com menos de 20 chapas. E num jornal os repórteres fotográficos são experientes. Imagine-se num jornal-laboratório. A burocracia da ECA faz com que equipamentos indispensáveis para a elaboração de um jornal, como o laboratório fotográfico e a gráfica não sejam subordinadas ao CJE. Como pode um jornal organizar-se e existir se não pode ter alguma influência (por exemplo, para comandar horários de funcionamento e cobrar prazos) sobre setores vitais para ele? Como pode um jornal existir se não conta com veículos para sua circulação?

Confirmado o óbvio, tratou-se de perseguir a solução. A idéia de captação de anúncios tinha que ser posta em prática de imediato. Sondagens feitas com agências de publicidade mostraram que o público da Cidade Universitária era atraente para os anunciantes.

Em encontro com o reitor da USP, em setembro de 1983, a coordenação do projeto, com a chefia do CJE e a direção da ECA, tentou fazer ver à Reitoria a necessidade de se partir para os anúncios como única fórmula de garantir a existência do jornal que, por sinal, havia agradado à Reitoria, conforme depoimento prestado na ocasião pelo reitor. Esse encontro só foi possível após várias entrevistas entre a coordenação do projeto, a chefia do CJE e a direção da ECA, nos quais o CJE procurou demonstrar à direção da ECA a importância do projeto e a impossibilidade de sua consecução apenas com os recursos da Escola. Depois de patéticos exemplos práticos (havia estudantes

cedendo recursos materiais próprios para que o jornal pudesse ter fotos para publicar e havia um encalhe de exemplares na direção da Escola porque a ECA não tinha verbas disponíveis para comprar os selos para enviá-los a outros cursos de Jornalismo do País, por exemplo), a direção da ECA finalmente concordou em levar o caso ao reitor. Havia, é evidente, um constrangimento da parte da ECA em reconhecer sua incapacidade material de levar avante um projeto essencial para a formação de seus estudantes.

Apesar do interesse e da boa vontade expressas pelo reitor no encontro em que - imaginava-se - o problema poderia ser resolvido, ficou claro que não seria possível captar recursos através de anúncios na estrutura burocrática existente. Só se uma sociedade civil sem fins lucrativos ou uma fundação fosse criada para editar o jornal é que esse tipo de procedimento seria possível.

Diante desse novo obstáculo, a coordenação do projeto, sempre amparada pela chefia do CJE, resolveu submeter à comunidade do Departamento a idéia de se constituir ou a sociedade civil ou fundação para que se pudesse partir para a captação de recursos através da publicidade.

Nas reuniões dos órgãos colegiados e na assembléia que discutiu o assunto, assim como nos diversos debates informais em que se tratou da questão, ficou evidente a oposição à idéia em setores importantes do movimento estudantil e do movimento de docentes. Professores e estudantes ligados ou simpatizantes de organizações de esquerda ortodoxas repeliam com veemência o que eles consideravam uma interferência do setor privado na universidade pública.

Para esses grupos, era preferível não ter o jornal-laboratório e, portanto, ter estudantes mais pobremente formados, do que tê-lo às custas do abandono de princípios programáticos de suas organizações. Se a universidade deve ser pública e gratuita, não se deve admitir que o capital privado a conspurque, ainda que não se tenha a menor possibilidade de, a médio prazo, se dispor de verbas estatais para que a universidade cumpra seu papel de formar profissionais competentes para o mercado de trabalho.

Embora na assembléia do CJE que decidiu o assunto a proposta de criação da sociedade civil ou fundação tenha sido vencedora, a não-adesão desses setores, que são representativos menos número de simpatizantes e mais pelo empenho deles, dificultou a elaboração de todas as inúmeras exigências burocráticas indispensáveis para que as coisas caminhassem: só agora, no segundo semestre de 1985 é que se imagina que o instituto de pesquisas que se decidiu criar há dois anos possa finalmente estar constituído. Desse modo, os entraves da burocracia junto com os da ideologia conseguiram retardar em pelo menos 30 meses o início da experiência de se obter verbas oriundas da publicidade para tocar o projeto do "Jornal do Campus".

Só isso já é um problema considerável. Mas não é ainda o mais importante no que se refere à questão das dificuldades materiais. A verba que eventualmente venha a ser conseguida através da captação de publicidade deverá ser suficiente apenas para o pagamento das despesas operacionais: pessoal, papel, tinta, material de consumo. Não se pode imaginar que esses recursos pudessem cobrir investimentos ma

ciços para a instalação do "hardware" indispensável para um jornal, ou seja, "composers", impressoras, laboratórios fotográficos. A ECA já conta com esses equipamentos. Podem não ser modernos mas são suficientes para o mínimo indispensável. A estrutura burocrática da Escola, como já foi ressaltado, coloca a administração desses recursos em mãos diferentes as quais, por razões óbvias, muitas vezes não pensam de forma similar nem têm objetivos comuns. Ao contrário, é frequente que tenham objetivos comuns. Ao contrário, é frequente que tenham objetivos conflitantes. O caos administrativo que essa peculiaridade gera é de fácil compreensão. sua resolução é quase impossível sem se mexer na estrutura burocrática que se mantém não só pela força da inércia, mas também porque sua manutenção nessa padrão interessa a grupos de poder na ECA. Os prejuízos para o ensino de Jornalismo decorrentes dessa situação são óbvios e o fracasso do "Jornal do Campus" só faz reforçar essa obviedade. Para o futuro imediato, com a informatização galopante do jornalismo brasileiro, é evidente que esses prejuízos só tendem a aumentar. Em poucos anos, nenhum jornal ou revista neste País estará sendo feito sem a utilização de terminais de vídeo que exigem um novo tipo de profissional, com texto final impecável. Os problemas que alunos brilhantes do CJE têm tido para adaptar-se às novas exigências do mercado, testemunhados por mim em minhas funções profissionais na Folha de S. Paulo apenas confirmam que a Escola está formando - mal - jornalistas da Idade da Pedra da Indústria Cultural, em prejuízo de seu renome, dos estudantes, das empresas e da sociedade brasileira. A estrutura administrativa arcaica da Escola dificultará ainda mais a agilidade que ela precisaria ter para poder obter rendimentos industriais que lhe permitissem ganhos suficientes para poder adaptar-se às novas exigências tecnológicas do mercado jornalístico e editorial. A utilização dessa estrutura por parte de grupos com objetivos menos didáticos e empresariais do que políticos aprofunda essa situação que só faz vítimas e não beneficiários.

Uma última dificuldade administrativa de vulto está na pequena margem de manobra de que se dispõe para o projeto poder ter estudantes remunerados. A mínima verba para monitoria disponível obriga a um número pequeno de monitores mal remunerados de quem se pode exigir muito pouco. As leis do mercado são claras: o melhor rendimento se obtém de quem é melhor pago. Os monitores do projeto do "Jornal do Campus", por mais esforço pessoal que pudessem ter, não podiam render muito por serem poucos e mal pagos. O projeto previa que todos os editores-estudantes, pelo menos, pudessem ser remunerados dignamente. Não só não se chegou a isso, como nunca foi possível ter mais que dois monitores com pagamentos simbólicos.

A equipe do "Jornal do Campus" era constituída de mais de 120 repórteres, fotógrafos, diagramadores, editores que não recebiam nada em troca de seu trabalho. A tentativa de fazer com que as avaliações se transformassem numa espécie de forma de pagamento fracassou, como se podia facilmente pressupor. Avaliação não é salário. A experiência de um jornal-laboratório eficiente pressupõe a existência de pelo menos um corpo mínimo de estudantes que terão as tarefas de dar unidade jornalística ao veículo que sejam bem remunerados para que se possa deles exigir um bom desempenho.

Os professores responsáveis também tinham problemas similares

aos dos estudantes. Também deles era difícil maior cobrança. A maioria trabalhava em tempo parcial, recebendo os honorários abaixo do preço de mercado que todos reconhecem serem os pagos pela USP e não tinham obrigação legal alguma de dar tempo integral ao projeto do "Jornal do Campus". Supervisionar o trabalho de 100 jornalistas em formação para editar um jornal semanal com tiragem de 50 mil exemplares, como se pretendia, exige, no entanto, o tempo integral de pelo menos seis professores (no mínimo quatro para texto, um para fotografia e um para diagramação). E o CJE está longe de se poder dar o luxo de ter seis professores em tempo integral num projeto laboratorial. E a Universidade de São Paulo está longe de ter recursos para pagar salários competitivos no mercado para jornalistas em tempo integral. O que nos remete de volta ao problema original desta seção, que é a necessidade do projeto se valer da captação de recursos através da publicidade.

III. PROBLEMAS JORNALÍSTICOS

A primeira grande dificuldade que o "Jornal do Campus" enfrentou do ponto de vista jornalístico foi a ausência de um projeto jornalístico. Havia o projeto de um jornal, mas não um projeto de como fazer esse jornal. Quando foi iniciado, 12 professores orientavam os estudantes. E não havia qualquer consenso entre eles sobre a concepção de jornalismo que se deveria dar ao jornal.

Era comum que numa editoria, supervisionada por um professor, a orientação fosse oposta à dada em outra editoria por outro professor. O mais comum desses choques foi o de uma concepção de jornalismo "partisan" versus jornalismo apartidário. Este tipo de antagonismo gerou problemas políticos de monta. O coordenador do projeto foi acusado de exercer censura sobre o "Jornal do Campus" ao impedir a publicação de uma reportagem aprovada pelo professor responsável pela editoria de Política, já na segunda edição experimental do jornal. A reportagem (4) tratava da presença de tropas da Polícia Militar no campus em alguns episódios ocorridos no segundo semestre de 1983. Ao coordenador do projeto, a reportagem pareceu anti-jornalística, caluniosa e panfletária. Ao editor de Política e ao professor supervisor da editoria, houvera parecido correta. A desavença, resolvida pelo coordenador no uso de sua autoridade de responsável pelo jornal, teve desdobramentos políticos sérios na sequência do projeto, inclusive com novas resistências práticas à consecução do "Jornal do Campus" por parte de professores e estudantes que, por outros motivos (ver seção anterior), já lhe antepunham obstáculos.

Este tipo de problema teria sido inexistente se antes da execução do projeto, o CJE, através de seus órgãos colegiados, tivesse definido uma linha editorial para o jornal laboratorial, tivesse optado por uma concepção de jornalismo para ser adotada pelo "Jornal do Campus". Seria um jornal militante de esquerda ou um jornal em busca do apartidarismo? Um jornal revolucionário ou um jornal do "establishment"? Um jornal de denúncia ou um jornal de registro dos fatos? Se essas definições tivessem sido feitas antes do início do projeto, através de uma discussão ampla e de processos decisório democráticos, os que não concordassem com elas poderiam escolher subordinar-se a elas ou sair do projeto.

O mesmo raciocínio vale para o tipo de texto que o jornal deveria adotar: um texto jornalístico tradicional, informativo ou livre, experiente? O mesmo para o projeto gráfico que o jornal deveria seguir. Todas essas definições que formam um projeto jornalístico deveriam ter sido tomadas antes da execução, e deverão ser tomadas pelo CJE se em qualquer momento ele resolver implementar um jornal-laboratório.

Aliás, a partir do momento em que o jornal depender de anúncios para sobreviver, o problema da concepção jornalística estará resolvido. Para sobreviver, o jornal terá que ser bem aceito pelo seu público. Se não o for, não haverá anunciantes dispostos a investir nele. Para ser bem aceito pelo público, o jornal terá que optar pela concepção jornalística que seu público preferir, seja ela qual for. Mais um problema que seria resolvido sem dramas com a opção da captação de anúncios.

Pela ausência do projeto jornalístico, as primeiras edições do "Jornal do Campus" carecem por absoluto de unidade jornalística. Não há nenhuma concepção unitária por trás, o que o tornou um produto muito ruim do ponto de vista técnico. Essa péssima qualidade técnica reflete-se nos problemas de aceitação que o jornal teve junto ao público. Cada editoria era como uma ilha, com concepções gráficas, modelo de texto, proposta editorial diversas das demais. Um caos completo indecifrável para o leitor. Acresça-se a isso o atraso das informações provocado pelos motivos já expostos antes, e ter-se-á o protótipo do pior jornalismo possível. Ou seja: o antônimo do que deveria ser um jornal de estudantes de Jornalismo.

No segundo semestre de 1984 e primeiro semestre de 1985, o "Jornal do Campus" ganhou alguma unidade. Menos porque se tenha elaborado um projeto jornalístico, mais porque ele passou a ser supervisionado por um número menor de professores que, por coincidência mais do que por convicção, acreditavam em concepções jornalísticas próximas umas das outras. O produto jornalístico final melhora nesse período. Ainda é fraco, mas já se pode sentir que há um pensamento unitário por trás dele.

O atual responsável pelo projeto, professor Manuel Carlos Chapparro (5), acredita que caminha agora para dar ao "Jornal do Campus" uma identidade, que ele acredita será alcançada após cinco edições sob sua coordenação (está na segunda). Ele trabalha com outros três professores que parecem concordar entre si nas concepções básicas do que seja um jornal voltado para a comunidade que trabalha na Cidade Universitária. Se de fato houver um consenso entre eles, se a equipe puder ser mantida durante todo este ano e o próximo, talvez seja possível chegar-se a um projeto jornalístico para o "Jornal do Campus" algum dia.

Mas é preciso que essa unidade de concepção jornalística não fique apenas entre os professores. É imprescindível que ela seja compartilhada pelos estudantes engajados no projeto. E sem essa adesão, é difícil que o "Jornal do Campus" possa vir a cumprir os objetivos mínimos de qualquer veículo jornalístico. Já que ainda não se pode vislumbrar com a possibilidade de remuneração para estudantes monitores, é importante que o trabalho no jornal, tanto para professores quanto para estudantes, dependa de sua vontade de participa-

ção.

As experiências mais negativas nesses quatro semestres de jornal ocorreram com os estudantes e (principalmente) professores que dele participaram compulsoriamente. Se o CJE opta por um jornal-laboratório com público externo, suas responsabilidades deixam de ser apenas pedagógicas para com os alunos e passam a ser também jornalísticas para o público. E o público não pode receber um produto feito por pessoas que não acreditam nele ou - pior - o boicotem. Se a obrigatoriedade na participação é indispensável, então que se abandone o projeto de jornalismo comunitário. A responsabilidade com o público é tão grande quanto a necessidade de fazer com que todos os estudantes passem pelo jornal-laboratório. Ou se muda a concepção do jornal ou se inicia uma série de projetos alternativos para os que não concordam ou não querem participar deste.

A necessidade de unidade jornalística enfrenta ainda um outro problema imposto pelas características do curso de Jornalismo da ECA. A divisão do curso nos períodos matutino e noturno é um obstáculo quase intransponível para essa unidade. Só se conseguirá vencê-lo quando houver uma equipe de professores e estudantes que possa realizar a ponte entre os dois períodos e, através dela, conquistar a homogeneidade indispensável para o jornal. Novamente, aqui se coloca a questão dos monitores em número adequado e remuneração digna e de professores suficientes em tempo integral para que tal ponte possa ser estabelecida.

Quando tal unidade for conquistada, outros problemas jornalísticos encontrados ao longo desses quatro semestres também poderão ser superados sem dificuldades. Entre eles, as "trombadas" com as fontes que dificultaram o processamento das informações nesse período. Era constante que uma só fonte de informações fosse procurada por três ou quatro repórteres do "Jornal do Campus" num mesmo dia para tratar de assuntos diferentes, complementares e, por vezes, até similares. Como essas fontes, evidente, têm seu tempo tomado por inúmeras atividades, acabavam por se tornar hostis ao jornal por serem importunadas tantas vezes por ele. E num jornal comunitário, como em qualquer outro exceto o panfletário, o cultivo às fontes é condição indispensável para o sucesso da empreitada jornalística.

Outra dificuldade superável a partir da obtenção da unidade jornalística é o atropelo das pautas que se verificou várias vezes ao longo desses dois anos. Pautas superpostas, pautas que poderiam se complementar se tivessem sido pensadas juntas e que acabaram sendo editadas longe uma das outras e com orientações antagônicas são identificadas nas nove edições do "Jornal do Campus" que vieram a público. E poderiam ter sido evitadas se houvesse a tão necessária unidade de jornalística.

Outras dificuldades jornalísticas que só se resolvem com mais recursos materiais e que estão presentes em todas as edições do "Jornal do Campus" são: a má qualidade técnica da reprodução das fotografias, a má qualidade da impressão, a feldade e pequena diversidade das famílias tipográficas, a má qualidade dos textos (que deveriam ser exaustivamente trabalhados, discutidos e refeitos até se tornarem aceitáveis, mas que não o foram por causa da falta de tem

po e disponibilidade dos professores), a má qualidade dos títulos e manchetes (idem), a má qualidade das ilustrações (idem), a má qualidade da diagramação (idem), a má qualidade das edições (idem), a má qualidade das legendas (quando existem), a má qualidade dos editoriais (muitas vezes feitos, inapropriadamente, já que essa deveria ser uma função dos estudantes, pelo professor responsável pelo jornal diante da exiguidade dos prazos e da fragilidade dos textos apresentados pelos estudantes). Todos esses defeitos são encontrados ao longo das nove edições do "Jornal do Campus" e contribuem para o descrédito de que goza o veículo junto à grande parte da comunidade do campus.

IV. PROBLEMAS DIDÁTICOS

O principal problema didático do "Jornal do Campus" foi o mesmo enunciado como o principal problema jornalístico: a ausência de uma concepção, de um projeto didático que fosse compartilhado pelos professores e estudantes envolvidos no jornal.

Também do ponto de vista pedagógico, os pontos de vista não apenas contraditórios mas muitas vezes claramente antagônicos, conviviam às turras no projeto e provocavam seu fracasso, como se já não bastassem os entraves administrativos e as dificuldades jornalísticas para miná-lo.

Para princípio de conversa, havia entre os professores que se responsabilizaram pelo projeto no segundo semestre de 1983, inclusive alguns que simplesmente não acreditam na conveniência da atividade laboratorial num curso de Jornalismo. Imagine se o tipo de contribuição que um professor com esse tipo de idéia sobre o jornal-laboratório pode dar para o jornal.

É impossível que um jornal-laboratório possa fornecer qualquer experiência construtiva do ponto de vista pedagógico aos estudantes se entre os professores não houver um mínimo de identidade compartilhada. Ao menos, sobre a necessidade de se ter prática no curso. Os professores que não acreditam na prática como instrumento pedagógico deveriam ficar fora dos projetos práticos e prestar sua colaboração aos alunos nas aulas teóricas, nas quais podem, inclusive, contestar com utilidade a própria atividade laboratorial que os alunos tenham feito, estejam fazendo ou venham a fazer. Mas o que não é admissível é que esses professores, durante o projeto laboratorial e dentro do projeto laboratorial, ajudem a destruí-lo por causa de suas convicções teóricas.

Também neste caso, a partir do segundo semestre de 1984 e notadamente no primeiro semestre de 1985, a diminuição do número de professores envolvidos no projeto do "Jornal do Campus" e a maior identidade profissional entre eles contribuem para a superação dessa dificuldade.

Outro problema pedagógico grave foi a solução artificial encontrada para a inclusão da atividade laboratorial entre as disciplinas do currículo dos estudantes. Como os obstáculos burocráticos são inúmeros e quase intransponíveis, algumas soluções de improviso fo-

ram concebidas para permitir aos estudantes a prática jornalística. Assim, disciplinas tiveram seu conteúdo programático substituído pela prática no jornal ou sua carga horária dividida entre um professor que ministrava teoria e outro que supervisionava a participação do estudante no jornal.

Esses expedientes mostraram-se úteis na medida em que proporcionaram a presença do estudante no projeto do jornal. Mas também foram responsáveis pela maneira fragmentada como essa participação acabou ocorrendo na maioria dos casos. A confecção de um jornal não pode ocorrer dentro de limites de horários tão escassos e quebradiços como os que se pôde encontrar para o "Jornal do Campus". Não dá para se fazer um jornal em dois dias por semana. Os alunos mais participantes do projeto queixam-se com frequência e razão que muitas vezes suas entrevistas eram marcadas para horários nos quais elas tinham que estar em sala de aula senão receberiam falta ou deixariam de acompanhar o conteúdo de disciplinas importantes para o curso. Também era frequente a queixa justa dos alunos do período noturno de que para eles era impossível realizar as reportagens que tinham de ser feitas durante a manhã e tarde, horários em que estariam trabalhando. Outra vez, a solução possível estaria na monitoria remunerada para um número maior de estudantes, só viável em caso de uma boa receita publicitária.

Outro problema didático encontrado ao longo do projeto foi o da falta de uniformidade nos critérios de avaliação entre os professores envolvidos e na própria fragilidade da avaliação no caso do jornal-laboratório. A não ser que o número de estudantes seja reduzido a uma só turma (como se está procurando fazer agora, no primeiro semestre de 1985), ou então a relação entre os professores e os estudantes será tão superficial que acabará impossibilitada de se ter uma avaliação justa.

O excesso de alunos envolvidos no projeto do jornal em seus primeiros números provocava essa impossibilidade. Ao longo de um semestre, em encontros semanais, o professor tinha que ter um juízo de valor sobre mais de 130 pessoas diferentes que, muitas vezes, mudavam de funções a cada edição de jornal. Como avaliar o desempenho de um estudante que fez uma foto para uma edição, desenhou uma página para outra, escreveu uma reportagem para uma terceira e copidescou um texto para uma quarta? Como dizer, ao final desse semestre, se esse estudante, com quem o professor se encontrou apressadamente no máximo 16 vezes, está ou não habilitado para exercer a profissão de jornalista e merece receber o seu diploma? Ou, pior ainda, se deve receber nota 9 ou 8? Como perceber essas sutis diferenças que permitem ao avaliador com precisão determinar uma nota na escala de zero a dez?

A única solução está na diminuição do número de estudantes envolvidos no projeto. Pela experiência acumulada ao longo desses dois anos, parece-me conveniente que os estudantes tenham opção de escolha pelo projeto laboratorial que mais interessar a cada um: assim, apenas os que estiverem dispostos e de acordo com o projeto do "Jornal do Campus" bem discriminado entrariam nele, o que não só teria a vantagem de diminuir o número de pessoas envolvidas, como ainda diminuiria a resistência interna à concepção do projeto, seja ela

qual possa vir a ser.

O papel das disciplinas teóricas em relação ao projeto do jornal-laboratório é outra questão que deve ser abordada. A crítica teórica ao produto deveria ser exercida com total liberdade nessas disciplinas e poderia ser o ponto de contato entre o jornal-laboratório e o resto do curso. Essas críticas, ao invés de feitas de maneira solapadora do jornal, poderiam ser sistematizadas e formalizadas, de modo não só a constituírem-se numa contribuição para o desenvolvimento do próprio projeto, como também para cumprir o papel de criação intelectual na área específica do Jornalismo, indispensável a qualquer curso no setor.

A integração das disciplinas técnicas, outro objetivo não alcançado até aqui pelo projeto parece ter um roteiro encaminhado pelos erros cometidos nesses dois anos. Parece indiscutível que os resultados do jornal melhoram muito a partir do momento em que diminui o número de professores envolvidos. O ideal parece ser que todas as disciplinas na área de texto sejam enfeixadas numa só, ao invés de divididas em mais de uma dezena, como são nos currículos vigentes. As de diagramação e artes gráficas em outro feixe e as de fotografia e foto jornalismo num outro.

Se o número de alunos for pequeno (numa turma de trinta, por exemplo), três professores, cada um com uma área, podem dar conta do projeto. Se o número for maior, serão necessários mais professores para a área de textos, que é a mais trabalhosa em termos de tempo que se tem de gastar com cada estudante. Cada texto deveria ser lido, reescrito, relido e reescrito quantas vezes necessárias até se ter um produto publicável, de boa qualidade. Isso não é possível de se obter quando um professor só é obrigado a ler dezenas de textos num período de manhã ou noite.

Em suma, a integração das disciplinas técnicas deve ser feita de forma radical, com o fim das divisões artificiais que os currículos ao longo do tempo impuseram. Texto jornalístico é uma coisa só. Quem aprender os seus rudimentos pode sair-se bem em qualquer seção do jornal em que vier a trabalhar.

Outro aspecto didático que merece reflexão e exame diante da experiência acumulada é a da conveniência ou não dos estudantes trocarem assiduamente de funções ao longo do semestre, em especial se a periodicidade do jornal for mais espaçada (quinzenal ou mensal) como tende a ser. O que é melhor para o estudante desenvolver suas habilidades: pular de função em função e sair do projeto sem conhecer nenhuma delas bem ou ignorar por completo todas as demais, mas conhecer bem uma delas? O que a experiência desses dois anos parece demonstrar é que o pular de função em função não contribui em nada para a formação do estudante, ainda mais quando o projeto dura pouco tempo, como um ano ou um semestre e o número de edições feitas é pequeno, como tem sido. Neste caso, é mais importante que o aluno saiba, ao final do treino, pelo menos uma coisa bem: fotografar, diagramar, copidescar ou fazer reportagem. Da mesma forma, é melhor que o aluno comece logo a especializar-se em alguma das editorias em que se divida o jornal, de acordo com suas inclinações ou preferências, do que ficar saltitando de uma para outra, como se tentou fazer várias vezes com resultados sofríveis nesses dois anos. Inclusive do

ponto de vista jornalístico, a opção da constância parece mais produtiva, pois oferece a chance de se ter equipes mais entrosadas em cada seção do jornal e, em consequência, confeccionando um produto final de melhor qualidade para os leitores.

Do ponto de vista pedagógico, tanto quanto do ponto de vista jornalístico, seria da maior importância que os estudantes dos outros departamentos da ECA pudessem participar do projeto do jornal-laboratório. Mais uma vez, as dificuldades de ordem burocrática entravam essa possibilidade. Mais uma vez, se for possível uma receita própria suficiente para pagar o trabalho de estudantes-monitores, essa lacuna poderia ser preenchida sem que fosse preciso depender da burocracia ou burlá-la com artifícios. Além disso, mais uma vez, a experiência deveria ficar restrita aos que demonstrassem interesse explícito de participar da experiência, e não ser uma obrigação a que todos os alunos de uma série de um ou outro departamento tivessem que compulsoriamente submeter-se.

V. CONTEÚDO

Embora nunca tenha tido uma linha definida do ponto de vista editorial, como já foi ressaltado, o "Jornal do Campus" teve, ao longo desses dois anos, duas fases bastante distintas. A primeira, com um conteúdo de retrancas sobre problemas de política universitária e reivindicações mais proeminentes, que foi do início do segundo semestre de 1983 até o final do primeiro semestre de 1984. A segunda, do início do segundo semestre de 1984 até agora, em que se percebe uma proeminência maior das retrancas sobre serviços, pesquisas realizadas na Universidade e problemas relativos à vida urbana na Cidade Universitária. Não é clara, nem foi intencional, mas o "Jornal do Campus" parece ter passado de uma linha mais "engajada" ou "política da" ou "reivindicatória", para uma linha mais de "prestação de serviços".

Para exemplificar, basta ver o tom dos títulos de alguns textos das edições do primeiro período citado: "Até quando?" (sobre a não reconstrução do Crusp) (6), "ECA: o que fazer com a democracia" (sobre o processo de democratização no CJE e suas consequências sobre a escola) (7), "Um beco sem saída?" (sobre as relações entre governo de Estado e Universidade) (8), "Autonomia: a Polícia ganha espaço" (sobre a presença da PM no campus) (9), "O banquete da miséria" (sobre pessoas que catam restos de comida no restaurante do Crusp) (10), "Pais mobilizam-se para ampliação da creche" (11), "Servidores do Estado exigem aumento" (12), "Governo teme velhos fantasmas" (sobre as reações do governo do Estado ao movimento dos servidores públicos) (13). Todos esses textos foram editados com destaque e muito espaço nas edições daquele período.

No período seguinte, por coincidência na mesma época em que o jornal passa para o formato meio-tablóide que parece prestar-se historicamente mais aos jornais de serviço (ao contrário do tablóide que também historicamente parece prestar-se melhor aos jornais "partisans"), esse tipo de assunto perde espaço e o tom dos títulos de alguns dos textos principais revela isso: "Faça chover na sua horta"

(sobre como funcionários e professores podem obter da Prefeitura da Cidade Universitária um pedaço de terra para fazer uma horta) (14), "Prefeitura presta contas" (sobre as atividades da prefeita da Cidade Universitária) (15), "Esporte universitário procura patrocinadores" (16), "Fapesp dá bolsas para graduação" (17), "Codac começa a agir" (18), "Serviços de atendimento psicológico no campus" (19), - "CEPEUSP: esporte e lazer para 70 mil pessoas" (20).

Independente do juízo de valor que se possa conferir a qualquer uma das duas posturas editoriais que se depreende dessa análise, é importante ressaltar o que antes já foi esboçado: não se tomou nenhuma decisão consciente sobre o tipo de jornal que o CJE iria fazer. E não houve nenhum tipo de participação do público leitor sobre que tipo de jornal ele queria receber, se estava satisfeito com o que estava recebendo e queria ou não modificações. As coisas mudaram mais ou menos ao sabor das circunstâncias, desde o perfil ideológico das turmas de alunos que compuseram as redações do "Jornal do Campus" nesses quatro semestres até as convicções políticas ou jornalísticas dos professores responsáveis por elas.

De qualquer forma, é interessante perceber que mesmo na fase mais "despolitizada" do "Jornal do Campus", foi feita uma edição especial, em novembro de 1984, dedicada à Associação dos Funcionários da Universidade de São Paulo, em que todo o conteúdo era reivindicatório e ostensivamente político. Foi mais uma das idas e vindas do "Jornal do Campus", que desnortearam os leitores, dando a nítida impressão de um veículo sem rumo, que tanto pode vir numa linha de serviço, aparentemente apartidária, depois de um começo de suposta militância, quando, de repente sem aviso prévio, virar órgão oficial de uma associação de classe. É evidente, sem necessidade de pesquisa empírica para comprovação, que estes zigue-zagues editoriais a que o jornal se prestou durante esses dois anos só podem minar a credibilidade do título junto ao público a que se destina.

Algumas características de conteúdo permeiam toda a história do "Jornal do Campus". Uma é a quase absoluta ausência de noticiário sobre assuntos extra-campus, apesar do projeto, em sua definição de jornalismo comunitário, ter apontado para as necessidades de não se confinar a temática do veículo aos acontecimentos de dentro da comunidade. Apenas três retrancas (duas sobre Política e uma sobre poluição) foram publicadas sobre problemas extra Cidade Universitária em todo o período. Outra é a pequena participação de perfis de personagens da comunidade, fórmula quase sempre muito vulgar em jornais que se pretendem comunitários, em especial os de empresas e de sociedades amigos de bairro. Apenas três perfis de personagens foram publicados ao longo das edições do "Jornal do Campus".

Um dado surpreendente e já mencionado é a pequena participação dos leitores, que dá uma medida bastante significativa da pouca penetração que o jornal tem tido junto à comunidade a que se destina. No segundo semestre de 1984, o jornal abriu espaço para "agendas" de Humanas, Exatas, Biológicas e Esportes, nas quais os leitores poderiam divulgar gratuitamente cursos, seminários e eventos. Essas agendas saíram em todos os números quase completamente em branco. Da mesma forma, o espaço aberto para os classificados gratuitos na mesma época, não foi utilizado pelos leitores que, com certeza, devem dispor

de veículos mais confiáveis para fazer seus negócios.

VI. LINGUAGEM

A linguagem do "Jornal do Campus", a exemplo de seu conteúdo, também andou ao sabor das circunstâncias, sem nenhum tipo de definição ou planejamento. No geral, em sua primeira fase, seguia os parâmetros do jornalismo de grande imprensa com pitadas de jornalismo alternativo politizado (estilo jornais de partidos políticos). Na segunda fase, a receita continuou tendo como ingrediente principal o modelo da grande imprensa, mas as pitadas adicionais passaram a seguir mais os padrões das assessorias de imprensa ou do jornalismo empresarial.

Muito poucos textos oferecem alguma coisa que sugira inovação ou experiência formal ("Porcos sem asas" (12) pode ser o único caso mais destacado, mas, ainda assim, sugere uma forte influência do estilo da Folha Ilustrada, o que lhe tira o caráter de criatividade).

Poucos textos nas nove edições podem ser considerados como exemplares dentro dos estilos consagrados do jornalismo de grande imprensa ou de jornalismo empresarial. Na verdade, uma leitura rigorosa indicará que nenhum dos textos publicados poderia ser utilizado em sala de aula como modelo de correção ou perfeição de estilo. A grande maioria dos textos é apenas sofrível, sendo que muitos deles seriam considerados impúblicáveis em qualquer órgão da grande imprensa. Os melhores poderiam ser considerados apenas medíocres.

Essa constatação dá idéia da fragilidade de rigor com que os professores agiram no decorrer desses dois anos em relação ao trabalho dos estudantes. Os "textos" fotográficos e gráfico não ficam atrás. Quase todas as fotos, desenhos e diagramas são ruins, sofríveis ou medíocres.

VII. CONCLUSÕES

A conclusão mais óbvia e importante é que o projeto do "Jornal do Campus" até aqui é um fracasso. Um produto que não cumpriu seus objetivos mais elementares, que tem como resultado final um veículo de baixa credibilidade e desempenho de sofrível para ruim mesmo que se leve em consideração todas as circunstâncias atenuantes.

As causas do fracasso são muitas, mas podem ser resumidas na falta de recursos materiais, nos obstáculos burocráticos e no boicote mesmo que não consciente e voluntário que o projeto sofreu da parte de professores, estudantes e setores administrativos que não concordaram com a linha programática involuntária que o projeto acabou assumindo. Outra razão desse resultados pobre reside na imprevidência dos primeiros responsáveis pelo projeto, entre os quais eu me incluo, é claro, que não tiveram o bom senso de definir através dos canais existentes no CJE uma concepção jornalística e pedagógica que pudesse ser aceitáveis se não por toda a comunidade do Departamento, ao menos pela maioria dos presentes aos órgãos colegiados. Se isso tivesse sido feito, as resistências internas ao projeto teriam sido menores e as chances de um resultado mais razoável maiores.

Se essa concepção jornalística e pedagógica ainda for alcançada e se o instituto de pesquisas em vias de criação se concretizar e tiver êxito na tentativa de captação de recursos publicitários, este projeto ainda tem esperanças. Se continuar sendo dirigido ao sabor das circunstâncias e permanecer na dependência das verbas e da estrutura da ECA e da Universidade, não tem nenhuma chance de dar certo e o melhor, para os estudantes, para a comunidade da Cidade Universitária e para o Jornalismo brasileiro é que se desista dele. A se ter um jornal comunitário que não tem periodicidade definida, linha editorial permanente ou credibilidade junto a seu público, é preferível voltar-se ao esquema tradicional do CJE de jornaizinhos dirigidos apenas aos próprios estudantes e com temática dirigida ao umbigo de professores e alunos: estes podem não ser mais produtivos do que o "Jornal do Campus", mas com certeza fazem mal a menos gente.

VIII. REFERÊNCIAS

(1) José Marques de Melo, "Por uma Política Pedagógica para os Órgãos Laboratoriais dos cursos de Jornalismo", palestra feita no I Encontro Regional de Órgãos Laboratoriais de Jornalismo, 29 de abril de 1983, mimeo., p.6

(2) Carlos Eduardo Lins da Silva, "Formação do discurso jornalístico, capacidade persuasiva e poder de integração comunitária de um jornal-laboratório", projeto de trabalho para RTC, junho de 1983 p. 11

(3) Documento do coordenador do projeto do "Jornal do Campus", à direção da ECA, setembro de 1983

(4) "Autonomia: a Polícia ganha espaço", "Jornal do Campus", nº 0/2, outubro de 1983, p.5

(5) Entrevista ao autor, em 12/05/85

(6) "Até quando?", "Jornal do Campus", nº 0/1, setembro de 1983 p.7

(7) "ECA: o que fazer com a democracia", ibid., p.9

(8) "Um beco sem saída?", ibid., p.12

(9) "Autonomia...", op. cit.

(10) "O banquete da miséria", ibid., p.6

(11) "Pais mobilizam-se para ampliação da creche", "Jornal do Campus", nº 03/04, junho de 1984, p.12

(12) "Servidores do Estado exigem aumento", ibid., p. 5

(13) "Governo teme velhos fantasmas", ibid

(14) "Faça chover na sua horta", "Jornal do Campus", nº 6, outubro de 1984, p.3

(15) "Prefeitura presta contas", ibid

(16) "Esporte universitário procura patrocinadores", ibid., p.7

(17) "Codac começa a agir", "Jornal do Campus", nº 8, novembro

1984, p.4

(18) "Fapesp dá bolsas para graduação", ibid., p.3

(19) "Serviços de atendimento psicológico no campus", ibid., p.5

(20) "CEPEUSP: esporte e lazer para 70 mil", ibid., p.7

(21) "Porcos sem asas", "Jornal do Campus", nº 03/04, junho
1984, p.6

jornal do campus

JORNAL LABORATÓRIO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO

ANO I - N.º 0 SETEMBRO DE 1968
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



**Este é o Jornal do Campus. A partir de agora, uma vez por mês
você vai ter em mãos um veículo para tratar
dos interesses da comunidade da Cidade Universitária.**

Nesta edição-piloto você encontra matérias sobre a creche (p. 4),
a democratização do CJE (p. 3), o espaço físico
do campus (na p. 5), as obras inacabadas na Cidade
Universitária (p. 7), a prática de esportes por pessoas que não pertencem
à comunidade universitária (p. 11), os grafites (p. 10), o Centro
de Computação Eletrônica (p. 9) e uma entrevista com Eugênio
Montoro, chefe da Casa Civil do Governo
do Estado de São Paulo, sobre a USP (p.12).

O Jornal do Campus conta com sua participação e sua crítica.

jornal do campus

ANO I — N.º 0/2
outubro de 1983

Jornal do Campus — Órgão laboratório do Curso de Jornalismo — Departamento de Jornalismo e Editoração — ECA/USP



Um circo com o nome de pavilhão cultural

Sivuca, Hermeto Paschoal, Moraes Moreira, Chico Buarque, Pablo Milanés: estas são algumas das atrações que passaram a frequentar o campus da USP através do "Pavilhão Cultural" (um eufemismo para circo), montado na praça do Relógio pela Prefeitura e por uma empresa particular. As promoções fazem parte de uma estratégia para integrar mais o campus à Cidade de São Paulo em termos culturais. Reportagem na página 7.



Lei pode beneficiar moradores do CRUSP

Um projeto de lei beneficiando a moradia estudantil na USP foi aprovado pela Assembleia Legislativa e surpreendeu os moradores do CRUSP que vivem ali em precárias condições desde que o conjunto foi retomado pelos estudantes em 1979. No entanto a simples aprovação da lei não significa que as coisas já estejam mudando pois sua aplicação depende do interesse da Universidade em valer-se do dispositivo legal oferecido pela Assembleia. Reportagem a respeito na página 3.

Ameaça nuclear não assusta

Uma notícia nos jornais assustou os frequentadores do campus universitário: um reator nuclear poderia colocar em risco a segurança da área. Mas, pelo menos de acordo com os especialistas, não há motivo para pavor: as pesquisas nucleares realizadas na USP poderiam ser mais abertas à discussão da comunidade, ao invés de serem mantidas em estrito segredo, mas não ameaçam a sobrevivência das pessoas. Reportagem na página 12.

Hospital inaugurado duas vezes deixa muito a desejar

O Hospital Universitário deveria ter 400 leitos, mas só tem 90, deveria servir de escola para todos os alunos das áreas médicas da USP, mas só é utilizado pelos de obstetria, pediatria e odontologia, está longe de ser o hospital-modelo para que havia sido planejado. Em compensação, foi inaugurado duas vezes: por Pazil Eglydio e Paulo Maluf. Sua história está na página 4.

Museu de Arte Contemporânea virá para o campus

O Museu de Arte Contemporânea deverá mudar-se proximamente para o campus. Ele pertence à USP assim como o Museu de Ipiranga, embora pouca gente saiba disso. Há um imenso acervo, dividido em várias unidades, que fazem do campus da Cidade Universitária um dos principais centros de cultura de São Paulo. O Museu de Anatomia, de Arqueologia e Etnologia, de Imprensa, entre outros, estão na página 10 desta edição.

A Polícia no campus

A polícia tem o direito de entrar no campus? Esta é uma velha questão que centraliza as discussões sobre a autonomia universitária no País. Ultimamente, tem sido frequente a presença de policiais militares na USP. Uma reportagem na página 5 retoma este debate.

Cursos de pedagogia sofrerão mudanças

Os cursos de Pedagogia e Licenciatura vão ser reformulados este ano. As consultas do MEC já estão se encerrando, apesar da pouca mobilização que conseguiriam provocar, pelo menos em São Paulo. Uma reportagem na página 8 mostra as opiniões de estudantes e professores sobre o assunto.

Por que nossos atletas não são recordistas



Por que a USP não forma grandes recordistas? As explicações são muitas: da iniciação tardia dos futuros atletas nas práticas esportivas até a falta de estrutura do Centro Poliesportivo da USP. Todas elas estão em reportagem na página 11.

Um robô "made in USP"

O Centro de Computação Eletrônica da USP já tem o seu robô. Foi concebido e montado aqui mesmo e tem dois objetivos principais: servir como recurso didático e demonstrar a capacidade da tecnologia nacional nesta área. Uma entrevista com os responsáveis pelo projeto está na página 9.

E mais:

Creche não é estacionamento
A vida dura no CRUSP
Alunos que só vão à piscina
Os estudantes estrangeiros
A Ceia dos Cardeais
Estudos sobre o COSEAS
Militância e prazer
Sindicatos e automação
Taxas sobre os ambulantes
Um amor de bedel

070.07
M528j

DEDALUS - Acervo - ECA

Jornalismo laboratorial na universidade de sao paulo, brasil .



20100023511

Data de aquisição 22.10.87 Preço - ✓

Fornecedor d- Diretoria

Indicação de _____

Classificação 070.07

M 528j

jornal do campus

ANO II — N.º 03/04
JUNHO DE 1984

Jornal do Campus — Órgão laboratório do Curso de Jornalismo — Departamento de Jornalismo e Editoração — ECA/USP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
BIBLIOTECA

070.07
M528j

L6062

Melo, José Marques de
Jornalismo laboratorial na
Universidade

01-003-07

COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICA E EDITORIAL

Série Ensino

- A-1 - **Jornalismo Laboratorial na Universidade de São Paulo, Brasil: Projetos Pioneiros** — José Marques de Melo e Carlos Eduardo Lins da Silva — Experiência de Implantação do Projeto "Jornal do Campus"

Série Pesquisa

- B-1 - **Gêneros Jornalísticos na Folha de S. Paulo** — José Marques de Melo, org.

Série Profissão

- C-1 - **Jornalismo Internacional: questões debatidas no Seminário da IBM** — José Marques de Melo, org.



Instituto de Pesquisas de Comunicação Jornalística e Editorial
Departamento de Jornalismo e Editoração — Escola de Comunicações e Artes
Universidade de São Paulo

Av. Lúcio Martins Rodrigues, 443 — Cidade Universitária — Butantã — 05508 — São Paulo — SP